



**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



**Projeto de Resolução nº 09/MD/CMT/2025**  
**De 01 de dezembro de 2025**

**“Regulamenta, no âmbito do Poder Legislativo, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todas da Constituição Federal, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Theobroma/RO.”**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Theobroma, Estado de Rondônia, no uso de atribuições constitucionais e legais, faz saber que o Poder Legislativo aprova e promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Esta Resolução destina-se a regulamentar, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Theobroma, Estado de Rondônia, os procedimentos para a garantia do acesso à informação conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**Art. 2º.** O Poder Legislativo Municipal assegurará, às pessoas físicas e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº 12.527, de 2011.

**Art. 3º.** A busca e o fornecimento da informação serão gratuitos.

**§1º.** Para informações armazenadas em mídias digitais, o requerente deverá fornecer o dispositivo compatível e necessário para obtenção da cópia.

**§2º.** O requerente, fica obrigado no ato do requerimento e durante o processo do mesmo, a informar ao Poder Legislativo, quaisquer atualizações/alterações de dados de endereço





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



residencial; endereço eletrônico e telefone para envio de mensagens/respostas quanto ao requerimento realizado.

## **CAPÍTULO II**

### **DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

**Art. 4º.** É dever do Poder Legislativo Municipal promover, independente de requerimento, a divulgação, em seu sítio na Internet, das informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos art. 7º e art. 8º da Lei n. 12.527, de 2011.

**§1º.** O Poder Legislativo Municipal deverá implementar, em seu sítio na Internet, seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput deste artigo.

**§2º.** Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o §1º deste artigo, além das demais que se demonstrarem como de interesse público, informações sobre:

- estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, quantidade e descrição dos cargos e seus ocupantes;
- endereço e telefones do Poder Legislativo Municipal, especificando os horários de atendimento ao público;
- programas, projetos, ações, obras e atividades, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impactos;
- repasses ou transferências de recursos financeiros;
- execução orçamentária e financeira detalhada;
- licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias;

- respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

- contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

**§3º.** As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

**§4º.** A divulgação das informações previstas no §3º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

**Art. 5º.** O sítio na Internet do Poder Legislativo Municipal deverá atender aos seguintes requisitos, entre outros:

- conter formulário para pedido de acesso à informação;

- conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

- possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

- garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

- indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o Poder Legislativo Municipal; e

- garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



## **CAPÍTULO III**

### **DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA**

#### **Seção I**

##### **Do Serviço de Informação ao Cidadão**

**Art. 6º.** Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, com o objetivo de:

- atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- informar sobre a tramitação de documentos no Poder Legislativo Municipal; e
- receber e registrar pedidos de acesso à informação.

**Parágrafo único.** Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão:

- o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data de apresentação do pedido; e
- o encaminhamento do pedido recebido e registrado ao responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

**Art. 7º.** O Serviço de Informação ao Cidadão será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

#### **Seção II**





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



## **Do Pedido de Acesso à Informação**

**Art. 8º.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

**§1º.** O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão do Poder Legislativo Municipal.

**§2º.** O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão, conforme §1º do art. 12.

**§3º.** É facultado aos órgãos e entidades o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 9º.

**§4º.** Na hipótese do §3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo Serviço de Informação ao Cidadão, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

**Art. 9º.** O pedido de acesso à informação deverá conter:

- nome do requerente;
- número de documento de identificação válido;
- especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- endereço físico, eletrônico e número de telefone do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

**Art. 10.** Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- genéricos;





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- desproporcionais ou sem justificativas; ou
- que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do Poder Legislativo Municipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o Poder Legislativo Municipal, caso tenha conhecimento, indicará o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

**Art. 11.** São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

### **Seção III**

#### **Do Procedimento de Acesso à Informação**

**Art. 12.** Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

**§1º.** Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até vinte dias:

- enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

**§2º.** Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

**§3º.** Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o Poder Legislativo Municipal deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

**§4º.** Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

**Art. 13.** O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

**Art. 14.** Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o Poder Legislativo Municipal deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

**Parágrafo único.** Na hipótese do caput deste artigo, o Poder Legislativo Municipal desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar de forma justificada não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

**Art. 15.** Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

**Art. 16.** As informações cujo acesso tenha sido deferido na forma desta Resolução serão entregues aos respectivos interessados ou seus procuradores, pelo Secretário Legislativo ou





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



Secretário de Administração, em meio físico ou em formato digital, observadas as possibilidades e especificidades do caso concreto.

#### **Seção IV**

#### **Dos Recursos**

**Art. 17.** No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso ao Presidente do Poder Legislativo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua ciência da decisão.

§1º. A comunicação de que trata o caput poderá ocorrer por meio de correspondência eletrônica, hipótese em que o prazo recursal começará a fluir da data do recebimento da mensagem.

§2º. Não havendo confirmação do recebimento, a comunicação se dará por correspondência com aviso de recebimento.

§3º. Quando houver dúvida quanto à efetiva cientificação, poderá o Secretário determinar a renovação da cientificação e a devolução do prazo recursal ao interessado.

§4º. Quando houver dúvida quanto à data da cientificação, o prazo recursal começará a fluir daquela que for mais benéfica ao interessado.

§5º. O requerente ou seu procurador, quando comparecer pessoalmente, dará recebimento do indeferimento do pedido de acesso a informações ou às razões de sua negativa.

**Art. 18.** O Presidente do Poder Legislativo Municipal apreciará, no prazo de 05 (cinco) dias, os recursos interpostos em face do indeferimento de pedido de acesso a informações ou às razões de sua negativa.

**Art. 19.** Todos os pedidos de acesso a informações fundamentados na Lei n. 12.527, de 2011, e processados na forma deste Decreto, independentemente de terem ou não sido deferidos,







**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



poderão ser publicados no Portal do Poder Legislativo Municipal na rede mundial de computadores com a identificação dos respectivos requerentes.

**Art. 20.** Prestadas as informações solicitadas ou no caso de indeferimento do pedido de acesso, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Secretário determinará o arquivamento do pedido e da documentação correspondente.

**Parágrafo único.** Indeferido o recurso interposto, o Presidente determinará o arquivamento do pedido e da documentação correspondente.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21.** O Presidente do Poder Legislativo Municipal poderá expedir atos normativos destinados a viabilizar o cumprimento do disposto na Lei n. 12.527, de 2011, nesta Resolução.

**Art. 22.** Esta Resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

**Adelson Valter Correia**

**PRESIDENTE**

**José Júnior Barros**

**1º SECRETÁRIO**

**Lidualdo Alves de Souza**

**VICE-PRESIDENTE**

**José Abel Pinheiro**

**2º SECRETÁRIO**





**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA**

Av. 13 de fevereiro, 1358 – Centro,  
e-mail [camaradetheobroma@gmail.com](mailto:camaradetheobroma@gmail.com)  
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



## **JUSTIFICATIVA**

Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Resolução visa regulamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO, a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que assegura o direito fundamental de acesso à informação, nos termos do inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37, e § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

A iniciativa busca promover a devida adequação da estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal às exigências de transparência ativa e passiva, garantindo aos cidadãos acesso amplo, gratuito e eficiente às informações públicas.

A regulamentação local da LAI encontra respaldo na autonomia do Poder Legislativo municipal, nos termos do art. 2º da própria Lei Federal nº 12.527/2011, e na competência da Câmara Municipal para editar atos normativos voltados à sua organização interna e ao controle da administração pública local, conforme art. 30, I e II da Constituição Federal.

A proposição, ao definir mecanismos de transparência como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a obrigatoriedade de manter seção específica no portal eletrônico da Câmara, está alinhada aos princípios constitucionais da publicidade, eficiência e moralidade administrativa (art. 37, caput, da CF), além de reforçar o controle social e o acesso democrático às informações públicas.

Por fim, destaca-se que a regulamentação em nível local é essencial para a efetividade da LAI, pois permite adaptar seus dispositivos à realidade institucional, técnica e administrativa do Poder Legislativo municipal, promovendo a implementação adequada dos direitos garantidos pela norma federal.

Diante disso, a presente proposição revela-se juridicamente legítima, constitucionalmente adequada e socialmente necessária, recomendando-se sua regular tramitação e aprovação.





# Município de Theobroma



84.727.601/0001-90

Av. Treze de Fevereiro

www.theobroma.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
PROJETO DE RESOLUÇÃO	09	01/12/2025

ID: 24324	Processo	Documento
CRC: DB1FD760		
Processo: 56-9/2025		
Usuário: RAYANE NATALIA HELL RAASCH		
Criação: 01/12/2025 09:11:18	Finalização: 01/12/2025 09:13:25	

MD5: F6C67A8AE6035573CDA8A4FF1F88CFD8
SHA256: CD68E4284E69B3550D5A635415E98DF44F8B3701036E4F48D9B514E5275E29D5

Súmula/Objeto:

Projeto de Resolução nº 09/MD/CMT/2025, "Regulamenta, no âmbito do Poder Legislativo, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações...

### INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA	01/12/2025 09:11:18
-------------------------------	---------------------


### ASSUNTOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO	01/12/2025 09:11:18
----------------------	---------------------


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ADELSON VALTER CORREIA	VEREADOR PRESIDENTE	01/12/2025 09:27:15
---	---------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.857/2024.

 LIDUALDO ALVES DE SOUZA	VEREADOR	01/12/2025 10:08:21
--	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.857/2024.

 JOSÉ JUNIOR BARROS DA SILVA	VEREADOR	01/12/2025 10:28:22
--	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.857/2024.

 JOSE ABEL PINHEIRO	VEREADOR	01/12/2025 10:36:35
---	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.857/2024.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [theobroma.digproc.com.br/theobroma/](http://theobroma.digproc.com.br/theobroma/) informando o ID 24324 e o CRC DB1FD760.